

O DES-ENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A INCLUSÃO DOS SABERES AMBIENTAIS DE COMUNIDADES NO PROCESSO DE CONSERVAÇÃO DO PARNASI

Luanne Michella Bispo Nascimento¹

Resumo

O presente artigo é resultante de resultados parciais da pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2012-2013. No entorno da Serra de Itabaiana, uma das áreas que constituem o PARNASI (Parque Nacional Serra de Itabaiana), existem 24 povoados. Para o desenvolvimento da pesquisa pretende-se escolher seis povoados, dentre os quais estão previamente escolhidos o Mundes e o Bom Jardim, devido a realização de pesquisas nesses povoados desde 2007. As principais atividades econômicas do povoado Bom Jardim são a extração e agricultura de subsistência. Ainda que vendam alguns produtos, é uma venda em pequena escala. Por conta de apresentar uma grande dependência de recursos oriundos da Serra, a renda da maioria da população é muito baixa. O povoado Mundês provoca, segundo dados obtidos na pesquisa, maior impacto ambiental na serra e em seu entorno, quando comparado ao do Bom Jardim. As atividades econômicas predominantes nesse povoado são as cerâmicas e olarias, fazendo com que nesse povoado tenha extensas áreas de extração de areia e madeira. Devido à problemática ambiental provocada pelos conflitos socioambientais, faz-se necessário a construção de um modelo de proteção da natureza que se baseie nas peculiaridades ambientais e culturais da comunidade envolvida. No trabalho de campo foram desenvolvidas entrevistas de cunho qualitativo somadas à técnicas de história de oral com os moradores das comunidades do entorno do PARNASI. A escolha dessa metodologia se deve às dificuldades geradas pela inexistência de registros escritos e sistematizado sobre as relações sociais implícitas na história dos povoados, que serão minimizadas com a utilização das fontes orais e suas respectivas técnicas de pesquisa. A crítica ao modelo conservacionista brasileiro defende o envolvimento das comunidades locais para o êxito da conservação das áreas protegidas, na qual o presente trabalho adota a concepção de envolvimento sustentável. O aumento da participação das comunidades do entorno do PARNASI na gestão do mesmo pode contribuir para uma melhora da sua funcionalidade. Dessa forma, a pesquisa defende o aumento da participação das comunidades do entorno do PARNASI na gestão do mesmo, para assim, contribuir para uma melhora da sua funcionalidade. Além disso, para a elaboração do plano de manejo deve ser incitar a participativa interativa. Porém, a predominância é da participação passiva, pois muitos só foram informados depois dos acontecimentos.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Meio Ambiente; Gestão Compartilhada.

Abstract

This article is the result of partial results of research undertaken in the Masters Program in Environment and Development, 2012-2013. Surrounding the Serra de Itabaiana, one of the areas that constitute the PARNASI (Parque Nacional Serra de Ita-

baiana), there are 24 villages. To develop the research aims to pick six villages, among which are the previously chosen Mundes and Bom Jardim, due to conducting research in these villages since 2007. The main economic activities of the town are the Bom Jardim extraction and subsistence agriculture. Still selling some products, it is a sale on a small scale. Due to present a large dependence on resources from the Sierra, the income of the majority of the population is very low. The village Mundes causes, according to data obtained in the survey, the greatest environmental impact in the hills and its surroundings, as compared to the Bom Jardim. The predominant economic activities in this town are the ceramics and potteries, making this town has extensive areas of sand extraction and wood. Due to the environmental problems caused by environmental conflicts, it is necessary to build a model of nature protection that is based on environmental and cultural peculiarities of the community involved. During the fieldwork, interviews were undertaken with qualitative character added to the techniques of oral history with the residents of the communities surrounding the PARNASI. The choice of this method is due to the difficulties caused by the lack of written records and systematic social relations implicit in the history of the towns that will be minimized with the use of oral sources and their research techniques. Criticism of the model conservationist Brazilian advocates the involvement of local communities for the successful conservation of protected areas, on which this paper adopts the concept of sustainable involvement. The increased participation of communities surrounding PARNASI in risk management can contribute to an improvement of their functionality. Thus, research supports increased participation of communities surrounding PARNASI in risk management, thus contributing to an improvement in its functionality. Furthermore, for the preparation of the management plan should be inciting participatory interactive. However, the predominance of passive participation is because many were only informed after the fact.

Keywords: National Park of Serra Itabaiana; Management; Participation.

1- Apresentação do tema

A discussão sobre a busca da sustentabilidade mundial vem repercutindo e ganhando espaço tanto no meio acadêmico como na sociedade. Porém, diante de tantos impasses, conflitos a busca da conservação da natureza originou o que podemos chamar de crise ambiental. Para solucioná-la, a política ambiental brasileira adotou o modelo de proteção da natureza através da criação de Unidades de Conservação (UC's), que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC é:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p.7);

A política ambiental brasileira adotou o modelo de proteção da natureza através da criação de Unidades de Conservação (UC's), importado dos Estados Unidos, de acordo com a qual a conservação acontece por meio da criação áreas protegidas desabitadas. O Parque Nacional é uma das categorias de UC de proteção integral¹ e foi regulamentado sob a forma de lei pela primeira vez no Brasil na década de 1940, em um contexto em que a discussão sobre a questão ambiental começa a tomar forma no continente sul americano.

Nos dias de hoje, conforme o IBAMA os Parques Nacionais “são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade de seu todo.” (BRASIL, 1999). Os Parques Nacionais cumprem, assim, a função de preservação de ecossistemas naturais, possibilitam pesquisas científicas e de educação, além de permitir a recreação e o turismo ecológico.

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) foi criado por meio de decreto presencial em 25 de junho de 2005 e é formado pela Serra de Itabaiana, Serra Comprida e Serra do Cajueiro. Com aproximadamente 7966 ha. de área, o Parque estende-se entre os Municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Itaporanga D’Ajuda e Laranjeiras, no estado de Sergipe.

Devido às restrições legais, as UC's integrais possuem maior dificuldade em legitimar-se perante as populações de seu entorno, provocando cada vez mais conflitos socioambientais. Para solucionar essa problemática ambiental faz-se necessário a construção de um modelo de proteção da natureza que se baseie nas peculiaridades ambientais e culturais da comunidade envolvida.

Dessa forma, surge a hipótese de que, ao serem incorporados no plano de manejo,

¹ Devido às restrições legais, as UC's integrais possuem maior dificuldade em legitimar-se perante as populações de seu entorno, provocando cada vez mais conflitos socioambientais. Para solucionar essa problemática ambiental faz-se necessário a construção de um modelo de proteção da natureza que se baseie nas peculiaridades ambientais e culturais da comunidade envolvida.

esses saberes possivelmente colaborariam efetivamente com a manutenção de UC. Assim, origina-se uma problemática proveniente do questionamento sobre a existência de saberes ambientais que poderiam contribuir para o desenvolvimento sustentável, promovendo o envolvimento sustentável da comunidade, conceito que será abordado adiante.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é enfatizar a importância dos saberes ambientais de comunidades no entorno de uma área natural protegida, apontando que possivelmente, poderiam contribuir para o êxito da conservação do PARANSI e a construção de um plano de manejo não tecnocrático.

2 - Metodologia

Para a elaboração deste artigo foram utilizados alguns dos resultados parciais obtidos com o desenvolvimento da pesquisa realizada no Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, que foi iniciada em março de 2012 e tem previsão para ser concluída em dezembro de 2013.

No entorno da Serra de Itabaiana, uma das áreas que constituem o PARNASI, existem 24 povoados. Para o desenvolvimento da pesquisa pretende-se escolher seis povoados, dentre os quais estão previamente escolhidos o Mundes e o Bom Jardim, devido a realização de pesquisas nesses povoados desde de 2007¹. Assim, serão apresentados resultados parciais coletados nesses povoados. Os demais povoados serão escolhidos a partir de visitas in locus que nos permitam verificar relações relevantes de dependência com os recursos naturais provenientes do PARNASI.

Preocupados em não dissociar os problemas ambientais dos sociais, adotamos como metodologia o trabalho de campo que “é uma vivência, ou seja, é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento. A experiência de trabalho de campo tem uma dimensão muito intensa de subjetividade” (BRANDÃO, 2007, p. 13)

No trabalho de campo desenvolvemos entrevistas de cunho qualitativo com os moradores das comunidades do entorno do PARNASI, pois essa abordagem é aplicada “para efeito de compreender aspectos psicológicos, cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que envolve a pesquisa” (OLIVEIRA, 1998, p.119). Nesse caso têm-se estudos dirigidos à análise de atitudes, motivações, expectativas, valores, opiniões. Porém, foram usados dados quantitativos para nos fornecer o perfil socioeconômico dos povoados estudados. Dessa forma, as pesquisas quantitativa e qualitativa são usadas de maneira complementar, pois assim, conseguiram abranger uma maior área da problemática.

No trabalho de campo foi utilizada a técnica de história de vida, pois são utilizadas como “ferramenta valiosa” para intensificar os estudos das “profundezas seres hu-

1 O projeto “A criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Sustentabilidade nos Povoados” nos forneceu dados de cunho quantitativo relacionados à escolaridade, atividades econômicas, uso da serra, renda etc. da população do Bom Jardim e Mundes. Foi executado pelas alunas Isis Hora, Sofia Schettino e Luanne Michella Bispo Nascimento e coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

manos”. Essa técnica nos coloca no ponto de encontro das relações o interior e exterior do indivíduo. Desse modo, as “entrevistas qualitativas encerram a vivacidade dos sons, a opulência dos detalhes, a quase totalidade dos ângulos que apresenta todo fato social” (QUEIROZ, 1988, p.14).

De acordo com Lang (1996) a história oral refere-se às informações obtidas por meio de relatos orais. Mais precisamente “A história oral registra experiência vivida ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma coletividade.” (LANG, 1996, p. 34).

Para o presente estudo a importância das fontes orais passa, também, por sua capacidade de dar visibilidade a processos sociais não perceptíveis por meio de fonte tradicionais de pesquisa. Ou seja, é a utilização de fontes orais que viabilizará reconstruir as relações sociais nos povoados estudados.

Nesse sentido, as dificuldades geradas pela inexistência de registros escritos e sistematizado sobre as relações sociais implícitas na história dos povoados e das mudanças neles observadas a partir da criação do PARNASI, foram minimizadas com a utilização das fontes orais e suas respectivas técnicas de pesquisa.

3 - Resultados e discussão

Segundo Leff (2005), a noção de sustentabilidade deve propor transformações em duplo sentido, ou seja, deve estar associada à preocupação de resolver tanto as desigualdades sociais quanto os problemas ambientais. Sendo assim, o manejo para a conservação de áreas naturais deve levar em consideração, além dos aspectos ligados à natureza propriamente dita, as condições de vida dos moradores do entorno da UC.

Entretanto não é o que observamos nos dois povoados no entorno do PARNASI De acordo com ENNES:

O Bom Jardim apresenta 526 habitantes (IBGE, 2000), sendo que 70% dos chefes de domicílio possuem renda inferior a um salário mínimo. Entretanto, o povoado tem uma situação privilegiada já que 97% da população com mais de 5 anos é alfabetizada. Além disso, existe um posto de saúde no local e os agentes de saúde mantêm atualizado um cadastro de todos os moradores [...] O percentual dos moradores que fazem, de alguma maneira, uso da Serra é de quase 70%. Verificou-se que 9,1% dos entrevistados desenvolvem práticas extrativistas e 45,5% praticam atividades agropecuárias. Quando indagados os moradores afirmaram que nenhuma pessoa de sua família participou de atividades no processo de criação do Parque Nacional (2007, p.10).

As principais atividades econômicas do povoado Bom Jardim são a extração e agri-

cultura de subsistência. Ainda que vendam alguns produtos, é uma venda em pequena escala. Por conta de apresentar uma grande dependência de recursos oriundos da Serra, a renda da maioria da população é muito baixa.

Ainda segundo o autor:

O povoado Mundes possui 889 habitantes (IBGE,2000),- sendo que 776 possui mais de 5 anos de idade. Desses 53,7% são alfabetizados, possuindo assim um nível de alfabetização e escolaridade inferior em relação aos demais povoados. No entanto, a baixa renda de 47% dos domicílios vivendo com pouco mais de um salário mínimo e apenas 2,2% com faixa salarial entre três a quatro salários, dentre os povoados do entorno do Parque, Mundes é o que apresenta as melhores rendas [...] A principal ocupação é a de oleiro com 12%, a segunda mais ocorrente é a de caminhoneiro/motorista com 6,5% que segundo o entrevistados prestam serviços às olarias, dirigindo caminhões que transportam argila. Com 16,4% as demais atividades econômicas que enquadram na categoria de prestação de serviços, o que demonstra um processo de urbanização no povoado Mundes. Quando questionados ao uso da serra, 22,6% são por motivos econômicos e 37,6% vão a serra por lazer ou recreação, reforçando assim o caráter urbano do povoado (ENNES, 2007, p.11).

O povoado Mundês provoca, segundo dados obtidos na pesquisa, maior impacto ambiental na serra e em seu entorno, quando comparado ao do Bom Jardim. As atividades econômicas predominantes nesse povoado são as cerâmicas e olarias, fazendo com que nesse povoado tenha extensas áreas de extração de areia e madeira.

Existem vários conceitos para conservação, mas na prática a teoria não se aplica, pois se limita apenas a criação de áreas protegidas “desconectadas das aspirações e necessidades das populações locais” (DIEGUES, 2000, p.2), não garantindo a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos no processo de conservação.

Isso se deve ao fato do nosso atual modelo de ambientalismo ser importado dos países industrializados que não refletem as aspirações e os conceitos da relação homem/natureza nos países em desenvolvimento. Sendo assim, a instauração de unidades de conservações provoca cada vez mais conflitos com as populações de seu entorno. A crítica a este modelo defende o envolvimento das comunidades locais para o êxito da conservação das áreas protegidas. Segundo Diegues faz-se necessário:

[...] pensar na criação de áreas protegidas como espaços territoriais onde a necessidade de uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza é afirmada positivamente, não de forma excludente como hoje prevê a legislação de parques e reservas, mas de forma a beneficiar as populações locais. (1996, p.97)

Dessa forma, a pesquisa defende o aumento da participação das comunidades do entorno do PARNASI na gestão do mesmo, para assim, contribuir para uma melhora da sua funcionalidade.

No processo de conservação do PARNASI os conhecimentos sobre o uso e manejo sustentável dos recursos naturais, suas formações ideológicas, práticas culturais e técnicas tradicionais, constituindo o saber ambiental de uma comunidade, deve ser considerado. Para isso a concepção de que o saber científico é unicamente verossímil deve ser desconstruída.

Quando questionados sobre seus conhecimentos sobre manejo dos recursos naturais locais (solo, água, flora e fauna), a maior parte dos entrevistados demonstrou-se ser detentores de conhecimentos que podem ser úteis no processo de conservação. Dessa maneira, a pesquisa pode instigar o desenvolvimento de uma consciência ecológica nas comunidades a fim de garantir boas condições de vida e equilíbrio nas áreas protegidas.

O saber ambiental pode atravessar o campo da disputa entre o campo ambiental e o das políticas de desenvolvimento sustentável. Pode também inserir-se em diferentes espaços institucionais e incorporar-se em diferentes domínios do conhecimento, induzindo transformações diferenciadas nos objetos científicos, seus campos temáticos e suas práticas disciplinares. O saber ambiental integra “os princípios e valores que animam a ética ecologista, as sabedorias e práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais e as ciências e técnicas que servem de suporte às estratégias do desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2006, p.150).

Dessa forma, é defendida a inserção dos saberes ambientais das comunidades locais nos planos de manejo das unidades de conservação. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) “O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os seus corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.” (SNUC, 2002, p.23)

O chamado saber ambiental das comunidades e seus fundamentos não são, necessariamente, os mesmos do saber técnico e acadêmico e por isso torna-se elemento constituinte de um saber maior, mais abrangente e complexo. Por isso, devem ser levados em consideração pela gestão local da unidade de conservação.

A gestão ambiental local parte do saber ambiental das comunidades, onde se funde a consciência de seu meio, o saber sobre as propriedades e as formas de manejo sustentável de seus recursos, com suas formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais, onde se integram diversos processos no intercâmbio de saberes sobre o ambiente (LEFF, 1998, p.153).

O desenvolvimento sustentável surgiu para solucionar problemas entre comunidades e UC's. Porém, a política ambientalista prega e tenta impor uma concepção de desen-

desenvolvimento sustentável para a proteção da natureza através de unidades de conservação sem levar em consideração quais são as concepções das comunidades do seu entorno. “O desenvolvimento sustentável foi definido como ‘um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras’.” (LEFF, 2005, p.19). Porém, essa noção não leva em consideração os processos ambientais e os valores humanos.

De acordo Santana (2002), a Serra de Itabaiana apresenta vários significados para os moradores dos povoados no entorno do PARNASI, dentre os quais se destacam o econômico, religioso, cultural e lazer. Do ponto de vista socioeconômico a criação do PARNASI gerou expectativas de criação de novas oportunidades de emprego e renda, principalmente, relacionadas à abertura que o Parque Nacional criou para a exploração de atividades ligadas ao lazer e ao ecoturismo (MENEZES, 2004). Porém, desde sua implementação, nenhuma atividade foi desenvolvida para que, além de garantir a conservação da área, seja garantida também as condições mínimas de sobrevivência das comunidades envolvidas.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável leva-nos a conclusão que há uma enorme distância entre seu discurso e sua prática, pois é incorporado com êxito ao discurso oficial, porém não alcançou efetivamente os resultados esperados. “Um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é a distância dos tomadores de decisão em relação à realidade” (VIANNA, 2000, p.23)

Da forma como esse conceito é aplicado percebemos que esse desenvolvimento não promove o envolvimento da comunidade e podemos dizer que “desenvolver uma pessoa ou uma comunidade significa retirá-la do seu invólucro ou contexto ambiental; descomprometê-la com seu ambiente” (VIANNA, 2000, p.25). Dessa forma, seria mais adequado substituir esse conceito pelo de envolvimento sustentável que deve buscar o fortalecimento econômico social, cultural e ecológico e o desenvolvimento de técnicas que melhorem a compreensão da realidade estudada.

De acordo com Vianna (2000) o envolvimento sustentável tem dois princípios básicos: a promoção do fortalecimento e diminuição do distanciamento da relação homem/natureza, valorizando e aprimorando as formas de manejo tradicional; o desenvolvimento de métodos participativos e deliberativos equânimes na gestão das Unidades de Conservação.

Ao constatar-se como o desenvolver e o envolver estão ainda distantes na hora da prática, devem ser pensadas técnicas participativas que aumentem o envolvimento e o poder deliberativo na gestão local das áreas protegidas. Quando se usam métodos participativos “as comunidades rurais têm mostrado uma criatividade inesperada e grande capacidade de apresentar e analisar informação, de fazer diagnósticos, de planejar, manejar e avaliar” (PIMBERT & PRETTY, 2000, p.203).

De acordo com (PIMBERT & PRETTY, 1994) existem sete tipos de participação: a participação passiva, a participação como extração de informação, a participação por consulta, a participação por incentivos materiais, a participação funcional, a participação interativa e automobilização. Todos esses conceitos não devem ser usados sem qualificação. O problema das quatro primeiras é que obtém resultados

superficiais e fragmentados. Para alcançar o envolvimento sustentável no mínimo a participação funcional deve ser alcançada, que no caso em particular de estudo, é a proposta mais provável visto que grandes decisões já foram tomadas e o envolvimento da comunidade não aconteceu nos estágios iniciais de planejamento para a implementação do Parque.

A partir de estudos já realizados em comunidades no entorno do PARNASI, podemos apontar a participação por consulta de alguns segmentos da população através do DRP – Diagnóstico Rápido Participativo e de audiências públicas (NASCIMENTO, 2009). Para a elaboração do plano de manejo deve ser incitar a participativa interativa. Porém, a predominância é da participação passiva, pois muitos só foram informados depois dos acontecimentos.

Essa participação é muito importante, pois “na elaboração das estratégias de conservação essas populações não somente devem ser ouvidas, como devem dispor de poder deliberativo nos órgãos de decisão, o que raramente acontece em países como o nosso” (DIEGUES, 2000, p.43). Ao sentirem-se atores no processo de conservação, a comunidade pode construir um futuro mais sustentável.

Além disso, alguns cientistas defendem que a presença de populações dentro dos parques, não necessariamente leva à sua destruição, mas pode contribuir significativamente para o êxito dessas unidades de conservação. Para que essa contribuição seja devidamente incorporada, é preciso mudar os paradigmas da ciência da conservação do mundo natural, que é importada de países de ecossistemas e culturas distintas daqueles que temos em nosso país.

Portanto, há uma necessidade de se resolver essa problemática a partir de uma construção de um novo paradigma ambiental. Apesar de autores como Leff e Diegues não trabalharem com o conceito de envolvimento sustentável, ambos defendem o envolvimento da comunidade no processo de conservação. “A construção de uma racionalidade ambiental implica a formação de um novo saber e a integração interdisciplinar do conhecimento” (LEFF, 2005, p.145), pois o saber ambiental não é o mesmo que o científico. Assim, é necessária a construção de um saber mais abrangente que promova o des-envolvimento sustentável das comunidades estudadas.

4 - Considerações finais

A conservação e proteção da natureza são grandes desafios dos países tropicais onde se encontra parte considerável da biodiversidade de espécies vegetais e animais. O modelo dominante de conservação do mundo natural tem se baseado, especialmente, no afastamento das populações tradicionais de seus territórios, transformados em parques e reservas naturais. O modelo clássico parte do princípio de que a conservação de áreas naturais não pode ser feita sem a participação ativa das comunidades tradicionais que ocupam esses espaços ou que utilizam esses recursos naturais como elemento fundamental de seu modo de vida. Desse modo, ele tem se revelado ineficaz e tem contribuído para a emergência de conflitos ambientais e para a redução da diversidade cultural.

É necessário que os estudos sobre o plano de manejo não sejam realizados de forma tecnocrática, sem nenhuma consulta à população. Além disso, é preciso que esses planos de manejo sejam repensados para que não sejam simplesmente instrumentos de repressão, de proibições e restrições ao modo de vida tradicional dos moradores. A participação dos moradores é fundamental, garantindo a conservação tanto da biodiversidade biológica quanto da diversidade sócio-cultural. Nesse sentido, as áreas naturais protegidas em que vivem populações poderão ser transformadas num dos exemplos vivos da reprodução de sociedades ou comunidades locais sustentáveis, exemplos de uma relação sadia entre o homem e a natureza.

O novo conservacionismo proposto deve aliar os conhecimentos local e científico e promover um maior envolvimento das populações que devem ser treinadas para construir seus próprios estudos.

É preciso buscar uma articulação entre todas essas questões para assim, promover uma solução mais abrangente da problemática ambiental. Além disso, fazer com que o saber ambiental das comunidades estudadas, depois de ser ecologicamente adaptado, seja repensado pelas políticas públicas de conservação do PARNASI como um importante componente para a construção de uma nova racionalidade ambiental, onde as populações vivam equilibradamente nas áreas protegidas.

A questão ambiental está longe de ser solucionada somente a partir da análise dos problemas da natureza dissociando-os do ser humano, sendo o saber ambiental um importante articulador entre tal problemática. Se não adaptarmos nossas políticas públicas de conservação ambiental, poderemos estar nos direcionando ao colapso dos ecossistemas.

5 - Referências

BRASIL, Decreto Legislativo de 1948.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Vol.10, n.1, Jan/Jun, 2007, p.11-27.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In:_____. **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

ENNES, Marcelo Alario. A criação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e a Sustentabilidade nos Povoados. Projeto de Pesquisa: Núcleo de educação/ UFS/ Campus Itabaiana, 2007.

LANG, A. B. S. G. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: Meilhy, J. S. S. B. (org). **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33-47. (Série Eventos).

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENEZES, Luiz Carlos de. Uso sustentável da Serra de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?. São Cristóvão, 2004.192 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de pós - graduação e Estudos do semi-árido. Programa Regional de pós - graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

MMA- Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estudos prévios para a criação do Parque Nacional do Domo de Itabaiana- SE. IBAMA, novembro, 2004, p.106.

NASCIMENTO, Luanne Michella Bispo. Identidade, Poder e Meio Ambiente: Parque Nacional Serra de Itabaiana. Projeto de Pesquisa: Núcleo de educação/ UFS/ Campus Itabaiana, 2008.

OLIVEIRA, M. Focus Group - Pesquisa Qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. Revista de Administração - RAUSP, São Paulo, v.33, n.3, p.83-91, jul./set. 1998.

PIMBERT, Michel P. & PRETTY, Jules N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “Participação” no Manejo de Áreas Protegidas. In____. **Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

QUEIROZ, Maria “Isaura Pereira de- Relatos Oraís: do “Indizível” ao” “Dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.) – Experimentos com história de vida. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988, p. 14/43.

SANTANA, Valdineide Barbosa de. Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário a cerca invisível. São Cristóvão, 2002. 121 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de pós-graduação e Estudos do semi-árido, Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRO-DEMA, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

VIANNA, Virgílio M. Envolvimento Sustentável e Conservação das Florestas Brasileiras. In____. **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. Antônio Carlos Diegues & Virgílio M. Viana (org.) 2. Ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004.